



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB

INDICAÇÃO 025/2022

Ilmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sydney Sanches

Ementa: Estudo de Constitucionalidade do Proposta de Emenda à Constituição nº 206/19 que “Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.”

Palavras-Chave: Constitucionalidade. Direitos Sociais. Educação. Universidades. Cobrança de Mensalidade.

Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 206/19 que “Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.”.

O texto propõe a cobrança de mensalidades a alunos em universidades públicas, com exceção dos que, comprovadamente, não tem recursos financeiros, sendo de autoria do Deputado General Peternelli (PSL/SP) e tendo como relator o Deputado Kim Kataguiri (União Brasil/SP).

Em que pese a previsão de votação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) no dia 24 de maio próximo passado, a ausência do Relator por licença



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

médica, possibilitou um acordo para uma Audiência Pública após Requerimento de autoria das Deputadas Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e Sâmia Bomfim (PSOL – SP) sobre o tema antes do retorno à pauta.

O objetivo do parlamentar é o de alterar a redação do artigo 206 e 207 da Constituição Federal ao possibilitar que as instituições públicas federais de ensino possam cobrar mensalidades dos estudantes, após análise do perfil financeiro.

Sem entrar no mérito dos fundamentos da citada PEC, que deverão ser avaliados pelo Relator, este Indicante demonstra enorme preocupação com esta Proposta de Emenda à Constituição que altera um dos pilares da Educação no Brasil, o Ensino Público e Gratuito, com o claro objetivo de desobrigar o Estado com o Direito Fundamental à Educação previsto no artigo 6º, enquanto Direitos Sociais.

Esta mudança filosófica no texto constitucional é da maior gravidade e pode significar mais um retrocesso junto às Universidades Públicas com reflexo no acesso dos jovens a estas Instituições, cujos eixos principiológicos fundamentais são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Trata-se de uma matéria que deveria ser precedida de várias Audiências Públicas e amplo debate junto à sociedade, além de ouvir as Universidades e a comunidade universitária.

Projetos desta natureza deveriam, inclusive, ser objeto de Plebiscito ou Referendo enquanto instrumentos de Democracia Participativa, tal a sua importância para o Estado



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

brasileiro e a sociedade, inclusive para as atuais e futuras gerações, além do estudo da temática constitucional do Direito à Educação enquanto Direitos Sociais.

Com base neste cenário altamente complexo que atinge as Universidades brasileiras, este Indicante, na hipótese de pronunciamento favorável da pertinência, opina pelo envio para estudo da Comissão de Direito Constitucional, para, após análise do Plenário, o IAB possa enviar para as autoridades competentes, em especial, o Sr. Presidente da República, a Presidência do Senado Federal, Presidência da Câmara dos Deputados e a Presidência do Conselho Federal da OAB, para fins de manifestar o seu posicionamento em relação ao citado tema, de bastante relevância para a democracia e a sociedade através da possibilidade de violação dos Princípios e Liberdades Fundamentais, em especial o Direito à Educação no Ensino Superior consolidado nos Direitos Sociais, fruto da tentativa sistemática de fragilização do Estado brasileiro.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2022.

SÉRGIO LUIZ PINHEIRO SANT'ANNA

MEMBRO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS